

O Império do Brasil e a Diplomacia no Prata: a missão de Antônio Manuel Correia da Câmara nas Províncias Unidas do Rio da Prata (1822-1823)

Luan Siqueira¹

Resumo: Este artigo tem como finalidade abordar a missão diplomática do Encarregado dos Negócios do Império do Brasil, Antônio Manuel Corrêa da Câmara, nas Províncias Unidas do Rio da Prata. Seu objetivo principal era o reconhecimento da independência brasileira pelo governo portenho. Nesse espectro, este trabalho procurou investigar os apontamentos do representante imperial acerca de um governo que atravessava fortes turbulências políticas na construção de seu Estado. Correia da Câmara buscou dialogar com as forças políticas lá existentes e entender as rivalidades no interior das províncias platinas. O artigo aborda ainda as interpretações do agente diplomático brasileiro sobre a tentativa de estabelecer relações diplomáticas com o Paraguai. Porém, conforme será indicado, Correia da Câmara encontrou dificuldades com o líder político do país guarani. A documentação utilizada neste artigo foram as instruções da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e os ofícios diplomáticos, disponíveis no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

Palavras-chave: Império do Brasil; Antônio Manuel Correia da Câmara; Diplomacia.

The Empire of Brazil and the Platine Diplomacy: The mission of Antonio Manuel Correia da Câmara in the United Provinces of the Río de la Plata (1822-1823)

Abstract: This article addresses the diplomatic mission of Antônio Manuel Corrêa da Câmara, in Business Representative for the Brazilian Empire, in the United Provinces of the Río de la Plata. He mainly aimed to seek recognition of Brazilian independence by the Porto government. In this perspective, we sought to investigate the notes of the Imperial Representative on a government that was going through strong political turbulence while developing its State. Correia da Câmara sought to dialogue with their political forces and understand their rivalries within the platinum provinces. This article also addresses the interpretations of the Brazilian diplomatic agent of the attempt to establish diplomatic relations with Paraguay. However, Correia da Câmara had some difficulties with the political leader of the Guarani country. The documentation used in this article consisted of instructions from the Ministry of Foreign Affairs and diplomatic dispatches, available at the Itamaraty Historical Archive (AHI).

Keywords: Empire of Brazil; Antônio Manuel Correia da Câmara; Diplomacy.

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Professor da Rede Municipal de Pirai, RJ. E-mail: luan.mendes94@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3185-7878>

Artigo recebido em: 04/11/2023

Artigo aprovado em: 29/02/2024

Introdução

As Repúblicas Platinas foram uma das primeiras regiões com as quais o Império do Brasil iniciou contatos diplomáticos. Em relação a uma região tão estratégica como a do Rio da Prata, o governo brasileiro entendia a importância de obter o reconhecimento e de estreitar os contatos diplomáticos com os governos platinos. Este trabalho trata exclusivamente dos primeiros diálogos de Antônio Corrêa da Câmara com o governo de Buenos Aires. No período em que residiu na cidade portenha, o agente imperial escreveu para a Secretaria de Estado algumas considerações sobre o Paraguai, objeto também de discussão deste artigo.

Dentre alguns elementos, destacam-se a necessidade de realizar uma missão diplomática em direção ao país guarani a fim de obter o reconhecimento desse governo, além de estabelecer possíveis alianças políticas, diplomáticas e militares e o acesso à livre navegação nos rios platinos. A justificativa para estabelecer relações diplomáticas com o governo paraguaio se dava, principalmente, por conta dos interesses comerciais e expansionistas de Buenos Aires em controlar a navegação do Rio da Prata, sobre o próprio Paraguai e a província Cisplatina. Esse tópico é desenvolvido com maiores detalhes ao longo deste trabalho.

A escolha por Câmara se justifica pelo fato de que ele era um comerciante brasileiro já estabelecido em Buenos Aires. Sua indicação foi também defendida pelos comerciantes da praça do Rio de Janeiro a fim de que seus interesses fossem mantidos (FERREIRA, 2016, p.8). Segundo a historiadora Miriam Dolhnikoff, José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil (1822-1823), aproveitou a morte do cônsul português em Buenos Aires, Manoel Tavares de Azevedo, para indicar Câmara buscando representar os interesses do Brasil e firmar alianças com os governos de Buenos Aires e do Paraguai, para formar uma coalizão militar com os citados governos contra uma eventual ameaça europeia (DOLHNIKOFF, 2012, p. 118). Ao recomendar essas propostas, o governo

do Rio de Janeiro assumia o comportamento de um regime independente (DOLHNIKOFF, 2012, p. 118).

Outro ponto a ser ressaltado é que a obter o reconhecimento pelas Províncias do Rio da Prata, assim como dos outros governos, era um dos principais desafios do recém-criado Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil. Tal setor teve como fundador e primeiro Secretário dos Negócios Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva. Em sua gestão, expediu os primeiros decretos, legações, regras e a estrutura administrativa (CASTRO, 2009, p.22-23). Começava, então, uma gradual institucionalização do serviço diplomático brasileiro. Foi durante a gestão de Bonifácio que Antônio Manuel Corrêa da Câmara foi nomeado para a realização de uma missão diplomática nas Províncias Unidas do Prata. Quem era este notável? De que forma ele foi nomeado o primeiro cônsul e encarregado dos Negócios do Império do Brasil em Buenos Aires?

Neste ponto, é interessante abordar brevemente sua trajetória. Natural de Rio Pardo, Rio Grande do Sul, nasceu em 24 de junho de 1783. Herdou o título de seu pai, de Visconde de Pelotas, Patrício José Correa da Câmara (BLAKE, 1883). Logo aos 16 anos, Câmara foi enviado à cidade do Rio de Janeiro para estudar no Colégio São José. Em 1800, dirigiu-se à Índia para servir como Cadete voluntário. Em 1804, em Lisboa, subiu ao posto de Tenente. No período das invasões francesas sobre o território português, em 1808, se afastou do serviço militar. Ficou 9 anos preso na França. Posteriormente, regressou ao Brasil, sendo um dos políticos favoráveis à independência da América Portuguesa. Câmara também integrava os círculos políticos próximos a José Bonifácio de Andrada e Silva (SENRA, 2012, p. 3).

Provavelmente, por conta dessa proximidade, foi nomeado para a missão diplomática em Buenos Aires. Depois, foi enviado ao Chile a fim de estabelecer contatos com o Almirante Thomas Cochrane para comandar a Armada Brasileira. Posteriormente, chefiou outra missão diplomática em direção ao Paraguai. Na época, o referido país era governado pelo ditador Gaspar José de Francia. O representante brasileiro ficou no território paraguaio entre os anos de 1825 e 1830.

O desfecho de sua missão não teve progresso, não realizando assim, acordos com o governo paraguaio, nem conseguindo o reconhecimento da independência. Depois de alguns anos, lutou ao lado dos rebeldes sul-rio-grandenses durante a guerra Farroupilha (1835-1845),

na província do Rio Grande do Sul. Porém, sob a ação de Duque de Caxias, passou para o lado das tropas militares imperiais. Câmara faleceu em Porto Alegre, no ano de 1848.

Os primeiros contatos diplomáticos com as Províncias Unidas do Rio da Prata

Um dos primeiros objetivos do Império do Brasil se pautou em obter o reconhecimento de independência pelos governos vizinhos, dentre eles a República das Províncias do Prata. Porém, a conjuntura política nesse país era marcada por fortes instabilidades políticas. Muito antes do processo de independência do Brasil, as províncias se encontravam em um cenário de conflitos políticos por conta das desavenças em torno da organização do governo. Mesmo diante dessas circunstâncias, tornava-se importante o governo brasileiro iniciar relações diplomáticas com os governos platinos, tendo em vista a importância comercial e as demandas por livre navegação na região do Rio da Prata. A primeira fase da política externa brasileira se fundamentou na busca pelo reconhecimento da independência (CERVO& BUENO, 2008, p. 42).

Um dos primeiros espaços para a concretização de tal objetivo foi o Prata. José Bonifácio de Andrada e Silva, Secretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, designou Antônio Manuel Correia da Câmara para realizar a referida missão, que teve início em 31 de maio de 1822. Importante frisar que este notável já ocupava o cargo de representante diplomático do Reino Unido de Portugal e Algarves no Brasil, além de agente comercial e político no Prata. Segue uma parte das instruções:

Instruções para Antônio Manuel Correa da Câmara, na comissão com que parte desta corte de agente junto ao governo de Buenos Aires, e mais partes adjacentes: V. Mce. lhes demonstrará que é impossível ser o Brasil recolonizado, mas se fora crível que se visse retalhado por internas divisões, este exemplo seria fatal ao resto da América e os outros Estados que a compõem se arrependeriam debalde por não o terem coadjuvado, porém que uma vez consolidada a reunião e independência do Brasil, então a Europa perderá, de uma vez, toda a esperança de restabelecer o antigo domínio sobre as suas colônias. Depois que V. Mce. [os] tiver habilmente persuadido que os interesses deste reino são os mesmos que os dos outros Estados deste hemisfério e da parte que eles devem tomar nos nossos destinos, lhes prometerá, da parte de S. A. R., o reconhecimento solene da independência política desses

governos e lhes exporá as utilidades incalculáveis que podem resultar de fazerem uma confederação ou tratado ofensivo e defensivo com o Brasil, para se oporem, com os outros governos da América espanhola, aos cerebrinos manejos da política europeia; demonstrando-lhes finalmente que nenhum desses governos poderá ganhar amigo mais leal e pronto do que o governo brasiliense; além das grandes vantagens que lhes há de provir das relações comerciais que poderão ter reciprocamente com este reino (AHI 205/2/14, 30/05/1822)

Um dos primeiros pontos a ser destacado no trecho arrolado se refere ao ato de Bonifácio mencionar ser “impossível ser o Brasil recolonizado”. Reforçar essa proposta era fundamental, já que o governo de Buenos Aires, ex-colônia espanhola, à época, lutava contra qualquer tipo de recolonização por parte da Coroa espanhola. Tornava-se necessário mostrar que ambos os governos eram contra qualquer tipo de pretensões restauradoras de suas ex-metrópoles. No trecho, “os interesses deste reino são os mesmos que os dos outros Estados deste hemisfério e da parte que eles devem tomar nos nossos destinos”, entende-se que a interferência metropolitana não seria bem-vinda.

Segundo Ron Seckinger, havia certa desconfiança por parte das ex-colônias espanholas de que o governo brasileiro pudesse ser um instrumento da Santa Aliança, estabelecendo os preceitos selados em Viena, os quais buscavam a recolonização das Repúblicas americanas (SECKINGER, 1984, p. 13). Essa desconfiança sinalizava a necessidade de o representante brasileiro se posicionar energicamente contra quaisquer tipos de pretensões restauradoras. Em determinado momento, lê-se no trecho que “os interesses deste reino são os mesmos que os dos outros Estados deste hemisfério e da parte que eles devem tomar nos nossos destinos”, entendendo-se que a interferência metropolitana não seria bem-vinda.

Já outro ponto a ser destacado é que Antônio Correia da Câmara teve muita dificuldade de negociar o reconhecimento da independência brasileira, uma vez que as Províncias Unidas do Rio da Prata estavam em constantes conflitos políticos por conta da forma de organização de governo. O agente deveria negociar apenas com a província de Buenos Aires ou com cada uma das províncias platinas? Quando Bonifácio mencionou no início do trecho “Buenos Aires e as demais partes adjacentes”, possivelmente já sabia das guerras entre as províncias.

A negociação da independência envolveu até mesmo certas obrigações que o governo brasileiro deveria realizar. Uma delas foi o fato de que o Ministro das Relações Exteriores das

Províncias Unidas do Rio da Prata, Bernardino Rivadavia, reconheceria Câmara como Cônsul do Império do Brasil, caso o agente imperial o reconhecesse como “chefe da Confederação do Sul”, com a exceção do Paraguai (AHI 205/2/14). Na verdade, Rivadavia queria que o reconhecimento assumisse Buenos Aires como capital de uma Confederação que na prática não existia. Possivelmente, isso foi um grande impasse da diplomacia brasileira, ou seja, como reconhecer diplomaticamente os governos da região, em bloco ou por partes.

Na concepção de Câmara, tratava-se de um governo em que Buenos Aires teria privilégio sobre as demais províncias no comércio de navegação. O chefe da chancelaria das Províncias Unidas do Rio da Prata desejava criar um governo que submetesse todas as províncias platinas a Buenos Aires. O fato de o Paraguai não ser incluído se dava por conta das desavenças com o governo, que, na época, era governado pelo ditador José Gaspar de Francia. O líder portenho não o incluiu, possivelmente por entender ser impossível submetê-lo ao domínio de Buenos Aires.

Pelo que foi analisado na documentação, o referido projeto não aconteceu, muito menos houve uma posição favorável da chancelaria brasileira sobre o projeto de confederação. Prova disso era o fato de o representante brasileiro criticar qualquer tipo de interferência do gabinete político de Buenos Aires, fosse ao Paraguai ou principalmente à província cisplatina, já que esta última se encontrava incorporada ao Império (AHI 205/2/14). Do contrário, ou seja, caso a diplomacia imperial apoiasse tal proposta da província bonaerense, teria consequências para as relações com as demais províncias platinas. Ao analisar a origem das relações entre o Império do Brasil e as províncias do Prata, é necessário compreender a conjuntura política interna das províncias platinas.

As tensões políticas entre Buenos Aires e as outras províncias, fossem as do litoral ou as do interior, eram potencializadas por dois partidos políticos que disputavam o poder, o Federal e o Unitário. Desde o período do processo de independência, certa instabilidade política crônica pairava sobre as Províncias Unidas do Rio da Prata. A busca por uma unidade entre elas não foi consolidada. Durante a primeira metade do século XIX, as províncias atravessaram diversas fases, fossem por meio de alianças, coalizões ou principalmente por guerras civis internas. Fortes identidades políticas regionais e locais se fizeram presentes

nesses episódios, problematizando a ideia de uma unidade nacional argentina logo após o processo de emancipação sobre o Império espanhol.

O jogo político platino se tornou mais complicado pela dificuldade de se estabelecer uma única autoridade. Nas províncias, líderes políticos e militares com propostas constitucionais divergentes enfrentaram as propostas unitárias no que se tornaria o movimento federalista (CAMARGO, 2001, p. 189). As províncias tentaram inúmeras vezes realizar um congresso geral com o objetivo central de organizar um sistema político de governo. Na maior parte das vezes, essas assembleias não tinham êxito, uma vez que cada província apresentava diferentes projetos e identidades políticas. Enxergavam a organização da política a partir de suas próprias experiências de governo. No primeiro ano de sua missão diplomática, o agente, Antônio Manuel Corrêa da Câmara, noticiava a existência de dois partidos políticos “empenhados a morrer, cada um à sua causa.” (AHI 205/2/14)

Ele se referia aos partidos Federal e Unitário. Em qual período surgiram e o que cada um desses grupos defendia? Quais eram suas ideias a respeito da organização do poder e da construção de um Estado? Esses grupos foram os principais atores políticos que polarizaram as disputas pelo poder até a segunda metade do século XIX entre as províncias platinas. O partido Unitário buscava ditar as regras do jogo político, colocando a província portenha como a capital do governo e centro de todas as decisões. Já a facção Federal buscava uma maior participação política, sem restrições e autonomia administrativa. Para além dessas lutas políticas, eles se diferenciavam também quanto às suas origens:

El partido unitario estuvo formado por comerciantes vinculados ala aduana, militares, profesionales y intelectualesnacidosenlos tumultuosos años de las guerras por la independência. El partido federal se nutriódel localismo provincial, y de estancieros de lacampaña y del interior bonaerense que veíanconrecelolos programas liberales de cuñorivadaviano (OPERÉ, 2018)

Por mais que os dois grupos divergissem, as posições de ambos não eram muito claras e definidas, ou pelo menos não eram executadas de forma ortodoxa (OPERÉ, 2018). Ignacio Zubizarreta localiza a origem do unitarismo nos pequenos grupos políticos liderados por Bernardino Rivadavia. A autodenominação, defendida pelos unitários, foi se fortalecendo a partir de um jogo recíproco, em que a consolidação da identidade rival, defendida pelos

federais, serviu para robustecer e construir a si mesma (ZUBIZARRETA, 2022, p. 232). Para além desses princípios fiéis, o unitarismo envolveu uma aceitação significativa por parte de funcionários, militares, juízes de paz, comerciantes e de alguns hacendados. No caso dos primeiros grupos citados anteriormente, eles eram adeptos do unitarismo, pois muitos deles eram nomeados para ocuparem cargos políticos durante a administração unitária. Já quanto aos comerciantes, a maioria deles era pertencente à província bonaerense, sendo beneficiados pelas políticas de centralização comercial e de navegação impostas pelo governo unitarista. Esses grupos formavam uma rede com fortes afinidades políticas. Tratava-se de uma comunidade de interesses e buscavam a manutenção de suas alianças políticas (ZUBIZARRETA, 2022, p. 34). Na época, quem governava era Bernardino Rivadavia, que antes chefiava o Ministério das Relações Exteriores das Províncias Unidas do Rio da Prata.

A pergunta que se pode fazer diante desse cenário político é: as outras províncias platinas aceitaram passivamente Buenos Aires liderando as relações exteriores? A resposta é não. Mesmo assim, os portenhos tentavam responder em nome de todos. As províncias do litoral, dentre elas Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes, foram as que mais se opuseram à concentração do manejo das relações exteriores na antiga capital do vice-reinado. Essas províncias buscavam uma maior autonomia política e comercial, evitando assim compartilharem seus recursos econômicos com a antiga capital colonial (DORATIOTO, 2014, p.16). Diante dessas circunstâncias, o agente brasileiro afirmava que as províncias estavam longe de buscar uma paz (AHI 205/2/14). À medida em que as guerras civis se intensificavam, a unidade política parecia incerta.

As províncias do litoral, dentre elas Santa Fé, Entre Ríos e Corrientes, também foram as que mais se opuseram à concentração do poder diplomático na antiga capital do vice-reinado. Tais regiões, que eram de cunho federal, buscavam uma maior autonomia política e liberdade comercial que pudessem integrá-las ao comércio do Atlântico a partir dos seus portos fluviais. Buenos Aires, por outro lado, desejava submeter todas as outras províncias aos seus sistemas político e comercial, contando com o apoio de algumas províncias do interior, como Salta, Córdoba e Mendoza. Em ofício de julho de 1823, Antônio Câmara fez menções às províncias tanto do interior quanto às do litoral, associando as disputas políticas à desordem, anarquia e destruição:

Salta, Tucumán, La Paz, Jujuy, Córdoba, Mendoza, Santa Fé, Entre Ríos- Não sei que nome dê a antes restos ensanguentados de províncias outra hora florescentes, ricas e populosas, hoje quase desertas, flageladas pelo açoite das guerras, e das divisões intestinas, devoradas pelo encontro da anarquia, entregues ao capricho, e ao despotismo da facção predominante de um dia, que deixa de ser no que lhe segue, e em que uma nova facção derrubara, perpetuando desse modo, o assassinato, a depredação, a violência, o extermínio, e as odiosas represálias (AHI 205/2/14, 28/07/1823)

As províncias de cunho federal, mencionadas anteriormente, se beneficiavam do comércio de navegação, desenvolvido em seus portos. Buenos Aires, por sua vez, desejava submeter todas as outras províncias aos seus sistemas político e comercial. Já no que diz respeito às chamadas províncias do interior, como Tucumán, Santiago del Estero, Jujuy, San Luis, Córdoba, San Juan, eram forte reduto do unitarismo. Por isso, a maior parte delas apoiava a política bonaerense.

Porém, de acordo com o agente brasileiro, algumas delas, como Tucumán, não apoiava o governo de Buenos Aires. A referida província, junto à de Santa Fé, era uma das que mais fazia oposição. A província portenha se beneficiava de sua expansão marítima, sendo o principal centro político e econômico, e arrecadava as maiores taxas comerciais de navegação. Nota-se que, na visão de Câmara, a província de Buenos Aires conseguia se sobressair nos conflitos internos contra as demais províncias. Nas palavras do agente imperial, as Províncias do Prata estavam longe de buscar a paz.

Ainda no mesmo trecho, Câmara fez menções às províncias tanto do interior quanto às do litoral, marcadas pela guerra civil e pelas constantes divisões políticas. Ao citar os termos “facção predominante” e “uma nova facção”, referia-se possivelmente aos grupos políticos Federal e Unitário, que rivalizavam a todo o momento pelo poder nas províncias. Logo após esse trecho, Câmara fez uma dura crítica a esses conflitos, pois representavam o que impedia o avanço da organização do Estado. Menciona ainda que o principal fator que fazia as províncias se separarem uma das outras residia no “orgulho republicano.”

A partir da análise das cartas, mesmo não tendo preferência pelo regime republicano, o diplomata brasileiro tendia para o lado dos unitários, pois acreditava que a centralização política poderia diminuir as tensões políticas provinciais. Porém, tal apoio poderia ser também

estratégico, já que Câmara estava em busca do reconhecimento da independência. O representante brasileiro tenderia para o lado que oferecesse mais estabilidade, normalmente por quem estivesse no poder.

As divergências existentes entre as províncias platinas se davam na forma no entendimento de República. Antes de mencionar a discussão entre os grupos políticos, torna-se necessário entender, na época, o significado do conceito de República, a estrutura de poder daquele Estado. Segundo o Dicionário Político do Mundo Ibero-Americano (1750-1850), *república* se pautava numa forma de governo representativo, baseado nos seguintes elementos: virtude cívica, direito dos cidadãos e, principalmente, uma oposição ativa ao sistema monárquico e uma afirmação da identidade americana ante à europeia (DI MEGLIO, 2009, p. 1276). Nota-se que a definição englobava o repúdio ao ideal da monarquia, visto como uma herança dos tempos da colonização. No caso específico das Províncias Unidas do Prata, o consenso a ser alcançado pelos grupos políticos não eram essas perspectivas, mas sim a forma de organização do sistema republicano.

Em grande parte das cartas analisadas, verificou-se que as tensões políticas entre Buenos Aires e as outras províncias, fossem as do litoral ou as do interior, assinalavam a presença dos dois partidos políticos que disputavam o poder, o Federal e o Unitário. Desde o período do processo de independência, certa instabilidade política crônica pairava sobre as Províncias Unidas do Rio da Prata, já que a busca por uma unidade entre elas não foi consolidada. Durante a primeira metade do século XIX, as províncias atravessaram diversas fases, por meio de alianças, coalizões e, principalmente, guerras civis internas.

A partir dessa situação, fortes identidades políticas provinciais se fizeram presentes nesses episódios, problematizando a ideia de uma unidade nacional argentina, logo após o processo de emancipação sobre o Império espanhol. Fato é que o jogo político platino se tornou mais complicado pela dificuldade de se estabelecer uma única autoridade. Nas províncias, líderes políticos e militares, com propostas constitucionais divergentes, enfrentaram as propostas unitárias no que se tornaria o Movimento Federalista (CAMARGO, 2001, p. 189)

O agente brasileiro faz uma dura crítica ao sistema republicano por acreditar que o referido regime era o gerador de lutas entre as Províncias do Prata. Possivelmente, por ser um

membro da elite política imperial, Câmara era defensor da monarquia, regime o qual o jovem governo brasileiro seguiu após a independência. Os outros governos vizinhos adotaram o sistema político republicano. Pode-se pensar que o agente brasileiro acreditava que a monarquia era o único sistema que assegurava a unidade política e territorial de um país. Câmara, em sua missão, queria projetar, sobretudo, a imagem de um país forte, liberal e americano, com uma imagem convergente a interesses pós-independência da política externa brasileira para a região platina (DA SILVA, 2018, p.115).

Quanto à República, pelo exemplo dos outros governos americanos que estavam em guerras civis, enxergava-a como um regime sinônimo de anarquia. Em meio a essas turbulências políticas, o reconhecimento da independência do Brasil pelo governo de Buenos Aires só se deu um ano depois, em 25 de junho de 1823, por meio de um decreto expedido pelo próprio Ministro das Relações Exteriores, Bernardino Rivadavia:

Buenos Aires, 25 de junio de 1823 Il.mo e Ex.mo Señor, El Ministro de Gobierno y Relaciones Exteriores em el estado de Buenos Aires tiene el honor de dirigirse a S. E. El Excelentísimo Señor Ministro de Estado y Relaciones Exteriores del Gabinete del Brasil, haciéndole presente para que se digne elevarlo al conocimiento de su Gobierno. Que su Gobierno ha celebrado con la más plena satisfacción La Independencia del Brasil, y El establecimiento de un Gobierno que satisface sus necesidades, y más justas votos (RANDIG, 2017, p. 511)

Logo após a expedição do decreto acima, a missão de Antônio Manuel Correia da Câmara se direcionava a estreitar relações diplomáticas com o governo paraguaio, na época governado por José Gaspar Rodríguez de Francia. Mesmo em um contexto de turbulências políticas, o governo de Buenos Aires concedeu o reconhecimento ao governo brasileiro. A importância desse ato era proeminente, pois o governo brasileiro calcava suas bases diplomáticas em sua política na região platina.

Rodrigo Wiese Randig afirma que somente em agosto do mesmo ano, um enviado diplomático portenho, Valentín Gómez, foi ao Rio de Janeiro para entregar a credencial que oficializava a independência brasileira pelo governo de Buenos Aires (RANDIG, 2017, p. 513). As credenciais do enviado argentino foram reconhecidas pela diplomacia brasileira e o representante foi até recebido pelo monarca, D. Pedro I.

De acordo com Randig, o reconhecimento concedido pela província portenha e a ida da referida missão diplomática de Gomez à capital imperial foram utilizados como estratégia por Bernardino Rivadavia, Secretário das Relações Exteriores de Buenos Aires, que desejava que o governo brasileiro renunciasse à província cisplatina, passando assim a se tornar território das Províncias Unidas do Rio da Prata (RANDIG, 2017, p. 513). No entanto, tal proposta foi rechaçada pelo Império, aspecto que contribuiu para o aumento das tensões diplomáticas entre os dois governos, culminando mais tarde na Guerra da Cisplatina, em finais de 1825.

Em linhas gerais, o reconhecimento envolveu apenas as formalizações entre os dois governos para o início das relações diplomáticas. Pelo que se viu nos ofícios diplomáticos enviados pelo encarregado brasileiro Antônio Correia da Câmara à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, não foram estabelecidos acordos entre os dois países sobre tratados de livre navegação nos rios platinos, devolução de escravos, entre outros aspectos. O agente brasileiro Antônio Manuel Corrêa da Câmara chegou até mesmo a tentar acordos de navegação com o governo de Buenos Aires, no entanto, não obteve êxito, já que as elites portenhas desejavam a centralização de tal atividade.

Até então, nenhum país tinha reconhecido o novo governo brasileiro. Obter o reconhecimento por um governo vizinho já inseria o Império, de maneira oficial, na dinâmica das relações internacionais, mesmo que ainda num plano regional limitado. O segundo país foram os Estados Unidos da América, que não reconheceu só o Brasil, como também grande parte dos países latino-americanos. O país estadunidense, sob o lema da doutrina Monroe, “América para os americanos”, buscava expandir seu território e suas políticas ideológicas sobre o Novo Mundo ao longo do século XIX.

Tendo como base a mencionada doutrina, os norte-americanos certamente não viram com bons olhos uma interferência das ex-metrópoles europeias em questões políticas ou comerciais dos governos americanos, haja vista que essa doutrina era um discurso direto a nenhuma influência do Velho Mundo no quintal da jovem América. Como assinala Gabriel Passetti, o citado discurso expressou uma ideia de que os EUA não tolerariam ações europeias para a restauração do domínio colonial em áreas em que os povos americanos já tivessem

conquistado a sua liberdade, pautando assim um discurso anticolonial e de condenação a eventuais intervenções dos governos europeus (PASSETTI, 2022, p. 216-217).

Vale ressaltar que essa doutrina passou a ter um caráter expansionista sobre o continente americano a partir da segunda metade do século XIX. A essência da doutrina Monroe teve como base uma oposição ao discurso da Santa Aliança, implementada no Congresso de Viena, em 1815, na ideia dos países europeus, bem como aqueles que tinham colônias na América, de que não interferissem nos assuntos políticos dos governos recém-independentes. Porém, de acordo com Rubens Ricupero, o reconhecimento norte-americano não gerou maiores consequências à diplomacia brasileira.

Os EUA exerciam ainda uma influência muito limitada no sistema internacional (RICUPERO, 2017, p. 125). A questão principal na relação entre o governo norte-americano e o Brasil é que o comércio entre os dois países já era bem desenvolvido. De fato, um dos motivos para o governo estadunidense apoiar os processos de independência das colônias ibéricas se dava para ampliar as suas bases diplomáticas no continente americano. Já do lado da diplomacia brasileira, o próximo passo seria abrir negociações com o governo do Paraguai. No próximo tópico serão discutidas algumas considerações que o agente brasileiro apresentou sobre a importância de dialogar com o referido país.

Considerações de Correia da Câmara sobre o Paraguai

A missão de Antônio Manuel Correia da Câmara não terminou em Buenos Aires. De acordo com as instruções do Secretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, José Bonifácio de Andrada e Silva, Câmara só deveria seguir para a cidade de Assunção se conseguisse obter o reconhecimento de independência do governo de Buenos Aires, o que ocorreu em junho de 1823. Porém, enquanto não tivesse tal ação, deveria permanecer em sua estadia na cidade portenha. A análise sobre o governo paraguaio foi realizada a partir da documentação no período em que ficou na cidade de Buenos Aires. Em alguns desses ofícios, o agente brasileiro já fazia menções à necessidade de se realizar uma missão diplomática àquela república, missão que o próprio Correia da Câmara se ofereceu para liderar. Um dos pilares desse projeto se pautava em realizar uma aliança com o governo paraguaio a fim de

obter o acesso à livre navegação nos rios de seu território. Segue um trecho importante da carta:

Prescindindo das vantagens comerciais, que seus procuraria uma aliança com o Paraguai, salta aos olhos a necessidade da sua cooperação contra a Espanha, quando esta tentada reaver o Estado Cisplatino depois de ter submetido à Buenos Aires. Aliados a aquele governo, disporíamos facilmente da província de Entre Ríos. As nossas províncias do sul seriam então impenetráveis. Sem esta aliança, perderemos o Estado Cisplatino, expomos Rio Grande de São Pedro do Sul, e Mato Grosso, seremos fracos, e pouco consistentes por qualquer outra parte (AHI 205/2/14)

Um dos primeiros pontos a ser destacado no trecho é a ideia de que Câmara deu importância ao fato de a realização dessa missão acontecer o mais rápido possível. Uma de suas preocupações era de que o governo de Buenos Aires, à época, como foi visto, chefiado pelo partido político Unitário, iniciasse relações diplomáticas com o Paraguai. Os dois governos não apresentavam boas relações diplomáticas. A que se deve a origem dessas tensões? Pois bem, assim como a província de Buenos Aires e as demais, o Paraguai também fazia parte do antigo Império colonial espanhol. Era uma intendência localizada no antigo vice-reinado do Rio da Prata.

A criação desse último, em 1776, o estabelecimento do regime de intendências, a abertura do porto de Buenos Aires e a eliminação de restrições internas ao comércio geraram ao Paraguai um crescimento de suas atividades produtivas e do comércio externo em direção aos portos de Buenos Aires e de Montevideú pela navegação dos rios Paraguai e Paraná (YEGROS & BREZZO, 2013, p.20). Antes dessas graduais transformações, a intendência paraguaia se destacava também na produção e exportação de erva-mate, madeira e tabaco. Diante de tais mudanças, a região paraguaia se integrava cada vez mais ao comércio regional no Prata, dinamizando sua economia e se destacando nas atividades de navegação.

Entretanto, seu crescimento começou a incomodar a província de Buenos Aires, que desejava monopolizar e centralizar as taxas comerciais marítimas e até mesmo as de importação de um dos principais produtos guaranis, a erva-mate. Somada a essas considerações, a conjuntura política da época, ano de 1810, foi marcada pelas disputas políticas e militares entre a Coroa espanhola e a região platina. Com a acefalia do trono

espanhol em função das invasões napoleônicas, constituiu-se um movimento de formação de juntas.

O problema era que alguns queriam manter ainda a fidelidade ao Rei Fernando VII, enquanto outros buscavam apenas uma maior autonomia política e administrativa ao vice-reino, além dos que desejavam a emancipação em relação ao Império espanhol. A acefalia do poder monárquico espanhol gerou um processo de crises políticas de seus vice-reinados na América (GUERRA, 1999, p. 19), o que não foi diferente no vice-reino do Rio da Prata, onde se desenvolveram juntas governativas provisórias.

Não bastassem as divergências entre as lideranças de Buenos Aires e o governo espanhol, havia ainda o descompasso político entre a ex-capital do vice-reinado e as demais províncias. As elites paraguaias eram contrárias às medidas econômicas e políticas centralizadoras de Buenos Aires. Parte dessas elites era composta por grandes proprietários de terras da capital e do interior do território guarani e comerciantes. Segundo Mário Maestri, havia divisões internas entre essas elites, a saber: os realistas, os portenhistas e a elite criolla. O primeiro grupo defendia a manutenção com a Espanha, o segundo, a submissão política e administrativa do Paraguai ao governo de Buenos Aires, já o último defendia a emancipação do território guarani e uma maior autonomia política (MAESTRI, 2011, 74). A elite criolla, principalmente, acreditava que as decisões tomadas na província de Buenos Aires não eram necessariamente vantajosas para o restante das províncias platinas. Percebe-se aí, em finais do período colonial, a origem das rivalidades políticas entre esses governos.

O desfecho desses conflitos foi o processo de independência paraguaia em 1811. Por meio da realização de um congresso em junho do mesmo ano, o Paraguai era reconhecido como um Estado independente, sem nenhum tipo de interferência do governo de Buenos Aires, mas se comprometia a zelar pela boa harmonia, cooperação e participar do Congresso Geral das Províncias Platinas em um sistema de federação (YEGROS & BREZZO, 2013, p. 20-21)

De acordo com Ricardo Yegros e Liliana Brezzo, a ideia de federação com Buenos Aires nunca foi aceita para o Paraguai, uma vez que os portenhos sempre desejaram centralizar o governo e obter o total monopólio das áreas de navegação do Prata, aspecto que incomodava a política paraguaia (YEGROS & BREZZO, 2013, pp. 20-21). Tal questão, mal

resolvida, foi o principal motivo para o crescimento das hostilidades entre os dois governos ao longo do século XIX. Em 1813, a República paraguaia foi proclamada pelo ditador José Gaspar Rodríguez de Francia, que governou o país até 1840.

Durante a Era Francia (1814-1840), o Paraguai adotou uma política de isolamento regional entre as repúblicas platinas como forma de atenuar as ameaças e bloqueios de Buenos Aires ao comércio e navegação. Sua economia se pautava na venda da erva-mate e mantinha um limitado comércio com a província de Corrientes. No campo da política externa, nesses anos, o Paraguai não havia sido reconhecido como governo independente por nenhum país. Por exemplo, com o governo da Confederação, as relações exteriores eram marcadas por fortes turbulências políticas.

Já os primeiros contatos diplomáticos entre o Império e o Paraguai se deram pela realização de uma missão diplomática de Antônio Manuel Correia da Câmara, em 1825, que se estendeu até 1830. Porém, o representante brasileiro não conseguiu estabelecer um tratado de navegação, comércio, limites ou de aliança militar com o país guarani. Segundo Yegros e Brezzo, José Rodriguez Gaspar de Francia, chefe político paraguaio, considerou a missão diplomática brasileira chefiada por Câmara inoportuna, sem apresentar boas intenções em fixar relações diplomáticas com o Paraguai (YEGROS & BREZZO, 2013, p. 39). Somente em finais de 1841 e início de 1842, a diplomacia brasileira começou a mobilizar uma missão diplomática em direção ao Paraguai, chefiada por José Antônio Pimenta Bueno, o marquês de São Vicente. Tratava-se de outra conjuntura política.

De volta à discussão, pode-se pensar que o agente brasileiro praticava o exercício de “antever” os desdobramentos na política da região platina, pois, na sua interpretação, era importante abrir caminhos para desenvolver contatos políticos com o governo guarani antes que o governo portenho começasse a mostrar suas credenciais. Uma das outras justificativas para a realização da missão foi descrita no seguinte trecho: “Aliados a aquele governo, disporíamos facilmente da província de Entre Ríos. As nossas províncias do sul seriam então impenetráveis” (AHI 205/2/14).

Na concepção do agente diplomático imperial, a vantagem de se tecerem relações com o Paraguai se pautava ainda em estender a navegação às províncias do litoral, sendo uma delas a de Entre Ríos. Essa província estratégica seria tanto um ponto de acesso ao território

paraguaio quanto facilitaria a comunicação com as províncias de Mato Grosso e do Rio Grande de São Pedro. Um dos objetivos de sua missão diplomática se pautava também em realizar com o governo paraguaio um tratado de aliança militar ofensivo e defensivo, pois, em suas palavras, “enquanto a facção estivesse no poder em Buenos Aires, os demagogos daquela cidade não iriam desistir de seus projetos absolutos e insensatos” (AHI 205/2/14).

A facção à qual o brasileiro fazia menção era a dos unitários, pois eram eles que governavam a província bonaerense. Quanto aos “projetos insensatos”, um deles, possivelmente, seria o de anexar o território paraguaio. Por outro lado, a referida aliança fortaleceria a posição do Império do Brasil na região, pois já tinha a posse da província cisplatina e estaria alinhado ao Paraguai. Buenos Aires, por sua vez, estaria isolada no jogo político platino. Realizar uma aliança com o governo paraguaio era importante, pois, como foi mencionado no trecho acima, protegeria o Estado cisplatino. Caso Buenos Aires entrasse em guerra contra o Império e contestasse a posse da província Cisplatina, o Paraguai lutaria ao lado do governo imperial. Durante a missão de Câmara, o governo brasileiro não selou nenhum tipo de tratado diplomático, seja ofensivo, defensivo ou de comércio e navegação com o Paraguai. Tratava-se apenas das visões que o agente brasileiro tinha da política no Prata.

Conclusão

Ao longo deste artigo, procurou-se investigar as interpretações do agente diplomático imperial, Antônio Manuel Corrêa da Câmara, sobre a conturbada política das Províncias Unidas do Rio da Prata. Em sua missão cujo objetivo central era obter o reconhecimento da independência do Império do Brasil, foi visto, a partir das cartas analisadas, que não se tratou de uma simples tarefa. Uma das principais dificuldades do representante brasileiro foi tentar encontrar um governo que representasse todas as províncias platinas, que estavam longe de alcançar uma unidade política. As províncias, desde o processo de independência, atravessavam intensos conflitos políticos. O motivo principal para a ocorrência dessas revoltas era o formato de república a ser constituída, isto é, com mais autonomia política às províncias ou maior centralização, representação bem como as questões de soberania. Como

ressalta José Carlos Chiaramonte, as indefinições políticas nesses espaços, além das divergências entre as próprias elites provinciais faziam com que o processo de construção do Estado ficasse cada vez mais complexo (CHIARAMONTE, 2017, pp.81-82)

Antônio Manuel Corrêa da Câmara iniciou contatos diplomáticos com a província de Buenos Aires, que na época era governada pelo partido político Unitário. O agente brasileiro conseguiu, em 1823, o reconhecimento pelo governo de Buenos Aires. Uma das possibilidades a se pensar era que o agente brasileiro procurou diálogos com a província bonaerense, pois, mesmo diante das turbulências políticas, entendia que Buenos Aires era o principal centro político e administrativo das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Outro ponto importante investigado é referente ao seu discurso antirrepublicano. Acreditava que tal regime instaurado, não só nas Províncias do Prata como em grande parte dos países sul-americanos após o processo de independência, era o principal responsável pelas instabilidades políticas. Provavelmente, o período em que residiu na cidade de Buenos Aires contribuiu mais ainda para essa opinião. Ao presenciar as disputas políticas entre os partidos Federal e Unitário, pode-se pensar que para o agente brasileiro, as Províncias do Prata estavam longe de alcançar uma organização de governo. Sendo Câmara um diplomata brasileiro, entendia que o regime monárquico era aquele que poderia promover a conservação política e territorial do Império do Brasil, assim distante das agitações republicanas dos governos platinos.

Não se pode deixar de mencionar também que a obtenção do reconhecimento da independência brasileira pelo governo de Buenos Aires envolveu um importante aspecto presente nas instruções de José Bonifácio a Antônio Manuel Corrêa da Câmara: reforçar a ideia de que naquele momento, não haveria espaço para qualquer tipo de pretensões recolonizadoras pelo Império português. Diante dessa circunstância, era fundamental que o agente brasileiro conseguisse o reconhecimento da independência brasileira pelo governo portenho. A ratificação desse ato chancelava o Brasil como mais um novo governo na América do Sul, contrário assim aos princípios restauradores do Congresso de Viena, de 1815.

Por último, foram analisadas também algumas interpretações do agente imperial sobre o Paraguai. Pelo que se viu nos ofícios diplomáticos, ao mesmo tempo em que era importante

estabelecer conexões diplomáticas com o governo de Buenos Aires, tornava-se necessário também ter cuidado com esse último governo, pois os unitários que governavam a capital portenha apresentavam interesses expansionistas tanto sobre o Paraguai quanto em relação à província Cisplatina. Câmara reforçava a necessidade de chefiar uma missão diplomática no país guarani a fim de realizar tratados comerciais e de navegação. O governo brasileiro sabia que um dos objetivos de Buenos Aires consistia em controlar a atividade navegação no Rio da Prata e conhecia as rivalidades existentes entre a província portenha e o governo paraguaio. Por isso, buscou realizar nos anos seguintes conexões diplomáticas com o Paraguai.

Averiguou-se que o agente imperial já discutia essas questões referentes ao país guarani no período em que atuou como cônsul em Buenos Aires. Tal consideração já demonstrava as primeiras preocupações da política externa brasileira no Prata. Ao tratar das temáticas mencionadas por Antônio Manuel Correia da Câmara, este artigo procurou compreender, principalmente, como o diplomata brasileiro enxergava a política interna das Repúblicas platinas, bem como os primeiros desafios do jovem Império do Brasil na conturbada região platina.

Torna-se necessário discutir e repensar cada vez mais os processos diplomáticos os quais o governo brasileiro atravessou a fim de obter o reconhecimento de seus países vizinhos. Um dos primeiros governos foram as Províncias Unidas do Rio da Prata. Mesmo neste último, naqueles anos, longe de atingir uma unidade política, a elite política imperial entendia que seria fundamental iniciar conversas diplomáticas com aquele governo, haja vista a importância estratégica e geopolítica da região do Rio da Prata, ou seja, na proposta de se estabelecerem as atividades de livre navegação e, sobretudo, no início gradativo da construção do Estado Imperial.

Referências Bibliográficas

BLAKE, Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio, 2001.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **1808-2008: dois séculos de história de organização do Itamaraty. V.I (1808-1979)**. Brasília: FUNAG, 2009.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 3º Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

CHIARAMONTE, José Carlos. As origens do Federalismo Platino, **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS**, Porto Alegre, nº1, vol. 17, p. 73-114, 2017.

DA SILVA, Pedro Henrique Verano Cordeiro. **Os Ecos do Ipiranga: o reconhecimento da independência do Império do Brasil nas Américas (1822-1825)**. 2018. 222f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Relações Internacionais (iREL), Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

DI MEGLIO, Gabriel. República. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones 1750- 1850** [Iberconceptos – I]. Madrid: Fundación Carolina Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 1268-1281.

_____ **Los Unitarios: faccionalismo, prácticas, construcción identitaria y vínculos de una agrupación política decimonónica (1820-1852)**. Universitat Berlin: Berlin, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. **José Bonifácio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. 2ºed. Brasília: FUNAG, 2014.

FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. As tramas e métodos vis dos exilados contra a causa do Brasil: João Soares Lisboa visto por Antônio Manuel Correia da Câmara, cônsul do Brasil em Buenos Aires (1822-1823). In: **Anais do I Encontro de pós-graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (Seo)**, vol.1, São João Del Rei, MG, Brasil, p.1-21, 2016.

GUERRA, François Xavier. A nação na América Espanhola: a questão das origens. **Revista Maracanan**. Vol. 1, nº 1, p. 9-30, 1999.

MAESTRI, Mário. A Primeira Independência do Paraguai. **História & Luta de Classes**, nº 12, Setembro/2011, p.73-78.

OPERÉ, Fernando. **La Argentina de Rosas**. Alicante Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2011. Disponível em http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/la-argentina-de-rosas/html/d4b316f0-11e1-b1fb-00163ebf5e63_16html> Acesso em 30 de agosto de 2021.

PASSETTI, Gabriel. James Monroe, Simón Bolívar e as propostas de integração americana no século XIX. In: **Trajetórias Americanas (Séculos XV- XIX)**. ARAUJO, Rafael; KALIL, Luís Guilherme Assis; SCHURSTER, Karl (orgs.). Recife: Edupe, 2022, p. 211-232.

RANDIG, Rodrigo Wiese. Argentina, Primeiro país a reconhecer a independência do Brasil. **Cadernos do CHDD**, nº31, p. 501-524, 2017.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SECKINGER, Ron. **The Brazilian Monarchy and the South American Republics. 1822-1831, Diplomacy and State Building**. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1984.

SENRA, Nelson de Castro. No início da atividade estatística brasileira, o papel de Corrêa da Câmara. Trabalho. **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Águas de Lindoia/SP- Brasil, 20 a 24 de novembro de 2012.

YEGROS, Ricardo Scavonne; BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013.

ZUBIZARRETA, Ignacio. **Los Unitarios: faccionalismo, prácticas, construcción identitaria y vínculos de una agrupación política decimonónica (1820-1852)**. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2022.